

NOTAS SOBRE O CONCEITO DE “SISTEMA LITERÁRIO” DE ANTONIO CANDIDO NOS ESTUDOS DE LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Anita Martins Rodrigues de MORAES*

■ **RESUMO:** Na *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido propõe o conceito de sistema literário, definindo seu estudo como a investigação do processo de constituição desse sistema no Brasil, sua “formação”. No presente trabalho, trato do aproveitamento da abordagem de Candido no âmbito dos estudos das literaturas africanas de língua portuguesa. Discuto, num primeiro momento, aspectos da proposta de Candido, a partir das contribuições de Luiz Costa Lima (*Pensando nos trópicos*). Descrevo, então, como tem se dado a apropriação do conceito de sistema literário e da idéia de formação nos estudos de literaturas africanas, especialmente nos trabalhos de Rita Chaves (*A formação do romance angolano*) e Benjamin Abdala Jr. (*Literatura, história e política*). Com esta estratégia, pretendo tanto notar aspectos comuns na constituição das literaturas de países marcados pelo colonialismo português, como flagrar um momento do percurso da crítica literária nestes países.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Literatura nacional. História literária. Antonio Candido. Sistema literário. Literaturas africanas de língua portuguesa.

No presente trabalho, abordo um aspecto relevante dos estudos das literaturas de língua portuguesa desenvolvidos em academias brasileiras: o aproveitamento das teorizações de Antonio Candido, formuladas em torno de nossa literatura, para investigação das literaturas africanas de língua portuguesa. Com esta estratégia, pretendo tanto notar convergências e divergências na constituição das literaturas de países marcados pelo colonialismo português como flagrar um procedimento teórico que tem se mostrado produtivo para o estudo dessas literaturas. Tratarei, inicialmente, da obra de Antonio Candido, buscando, a partir da abordagem detida de suas teorizações (para o que recorro a Luiz Costa Lima), reunir elementos que me permitam refletir sobre sua presença em dois trabalhos: *A formação do*

* Bolsista FAPESP. Pós-doutoranda em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – nimoraes@yahoo.com

romance angolano (1999), de Rita Chaves, e *Literatura, história e política* (1989), de Benjamin Abdala Jr.. Interessa-me especialmente a apropriação e reelaboração de duas noções específicas e intimamente relacionadas: a ideia de “formação” e a de “sistema literário”.

Nos prefácios (à primeira e à segunda edição) e na introdução à *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido expõe suas premissas. O autor define sua obra como um estudo dos momentos decisivos da formação de nossa literatura (os períodos neoclássico e romântico), ou seja, decisivos para a “formação” de uma “literatura propriamente dita” no Brasil. Candido se antecipa a críticas que, como atesta o prefácio à segunda edição, não deixaram de ocorrer, esclarecendo o que entende por “literatura” e “formação da literatura”:

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e por que se qualificam de decisivos os momentos estudados, convém principiar distinguindo manifestações literárias de literatura propriamente dita, considerando aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase. (CANDIDO, 1961, p.25).

A “literatura propriamente dita” consiste, está claro, em um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns”. Assim, podemos ter produções isoladas, não constituindo esse sistema, e então estaríamos diante de “manifestações literárias”. Para Candido, até as Academias de Letrados do século XVIII mineiro, teríamos dessas manifestações no Brasil; a partir de então, a configuração de um sistema que se consolidaria ao longo do Romantismo. A obra em questão define-se, portanto, como o estudo da formação da literatura brasileira enquanto “sistema literário”, tornando-se, fica evidente, central na abordagem de Candido a noção de sistema. Temos já que se trata de “sistema de obras ligadas por denominadores comuns”. Quais seriam e como se produziriam estes denominadores comuns? Por um lado, temos elementos internos que concorrem para articular as obras: língua, temas e imagens partilhados. Por outro, temos elementos externos decisivos para esta articulação: 1) conjunto de produtores mais ou menos conscientes de seu papel; 2) conjunto de receptores; 3) mecanismo transmissor (“de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos.” (CANDIDO, 1961, p.25)). A esses três elementos, Candido acrescenta outro: a continuidade. Ou melhor, quando a literatura se constitui como sistema, “[...] ocorre outro elemento decisivo: a formação da continuidade literária.” E, de maneira peremptória, acrescenta: “Sem esta tradição não há literatura, como fenômeno de civilização.” As obras serão, então, abordadas como “[...] integrando em dado momento um sistema articulado e, ao influir sobre a elaboração de outras, formando no tempo, uma tradição.” (CANDIDO, 1961, p.26). Antes da constituição desse sistema e, então, de uma tradição, podem surgir obras de qualidade, seja por inspiração individual, seja por “influência de outras literaturas”, não havendo, porém, “literatura propriamente dita”.

Em “A literatura e a vida social” (conferência proferida em 1957, dois anos antes da publicação da *Formação da literatura brasileira*, e publicada no volume *Literatura e sociedade* (1965)), Candido desenvolve a noção de sistema de maneira que os “elementos externos” elencados acima ganhem relevância especial. Neste texto, Candido formula uma teoria sociológica da literatura atenta às especificidades do objeto literário e ocupada da literatura enquanto prática social dinâmica, que mantém com a sociedade uma relação de mútuos condicionamentos (há não apenas o vetor sociedade-obra, mas também o vetor obra-sociedade). Concebendo a literatura como uma prática social entre outras, propõe que a investigação de certos fatores externos – como a posição social do autor, o modo de circulação da obra, que inclui a natureza de seu veículo (oral, escrito, impresso), e a maneira como se dá a recepção – podem contribuir para uma melhor compreensão do texto literário, objetivo maior do crítico. É evidente que Candido retoma, agora como “principais fatores externos”, os “três elementos externos” de que fala na introdução à *Formação*. Tanto nesta introdução como em “A literatura e a vida social”, chama a atenção o fato de que o estudioso se mostra em busca de um terceiro caminho, distinto da abordagem sociológica tradicional – determinista e alheia ao propriamente literário – e do formalismo reinante – que desprezava qualquer dado externo ao texto, incorrendo, em sua perspectiva, em retrocesso, no retorno a uma abordagem retórico-gramatical do texto literário.

A proximidade entre a introdução da *Formação* e o texto “A literatura e a vida social”, no que tange à preocupação em se propor uma noção de sistema literário, pode ser notada nas seguintes passagens:

O conjunto dos três elementos [os elementos externos acima descritos] dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo, como sistema simbólico, por meio do qual as veledades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. (CANDIDO, 1961, p.25).

Como se vê, não convém separar a repercussão da obra de sua feitura, pois, sociologicamente ao menos, ela só está acabada no momento em que repercute e atua, porque, sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana, e como tal interessa ao sociólogo. Ora, todo o processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra, um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, seu efeito. (CANDIDO, 1965, p.20).

Em ambas as passagens, temos em comum a definição de arte/literatura como “sistema simbólico de comunicação inter-humana” e, como tal, pressupondo

os elementos constitutivos de qualquer ato de comunicação. No caso específico da literatura, temos, como Candido explicita no prefácio à segunda edição da *Formação*, o triângulo “autor-obra-público”. Proponho, aqui, a questão: se toda produção artística é uma forma de comunicação – nos termos de Candido, trata-se de “comunicação artística” –, como é possível dizer que haja manifestação literária sem sistema literário? Há alguma produção artística independente de um sistema simbólico de comunicação? Torna-se necessário, para sairmos desse embaraço, distinguir “sistema literário” e “sistema literário nacional”. Assim, o que não havia antes do neoclassicismo não poderia ser um “sistema simbólico de comunicação”, pois, nesse caso, não haveria comunicação artística, mas sim uma configuração nacional desse sistema. O que não havia, na perspectiva de Candido, era um sistema autônomo – em que produção, circulação e recepção se dessem no Brasil –, independente, portanto, do português, e uma tradição também autônoma. O que Candido investiga na *Formação* seria como a literatura brasileira se tornou chave no processo de formação da nacionalidade (hoje diríamos de sua invenção), ou seja, como está vinculada à formação de um sentimento de identidade e unidade nacional.

Com este jogo entre dois textos de Candido, escritos proximamente, destaca-se a importância do qualificativo nacional para o sistema literário da *Formação*. Luiz Costa Lima, em “A concepção da História Literária na *Formação*” (1991), ao atentar para esse fato, analisa de maneira reveladora o conceito de sistema proposto por Candido. Costa Lima (1991, p.149) inicia seu texto sugerindo que “a atividade crítico-literária no século XX se enraíza em três eixos”. Seriam eles: 1) “a questão da especificidade literária”; 2) “a relação da linguagem literária com a sociedade”; 3) “a idéia de literatura nacional”. O estudioso acrescenta que a idéia de literatura nacional remonta ao século XIX, devendo-se ao “privilegio concedido ao estado-nação”. “Este absolutismo do nacional tornava as histórias literárias uma sucursal do *pathos* das histórias políticas, uma e outra movida pela ação de seus heróis e pais da pátria.” No século XX, os dois outros eixos em que se funda a atividade crítico-literária teriam se afirmado renegando justamente essa subordinação do literário ao nacional, entendendo que esta abordagem “[...] terminava por excluir a compreensão do próprio objeto literário.” (LIMA, 1991, p.149 e p.150). Estes eixos teóricos tendem a se distanciar no correr do século (polarizando-se crítica formalista/*New Criticism versus* crítica sociológica), porém, em princípio podiam confluir, como no caso do jovem Lukács – confluência que, para Costa Lima, parece ser mais desejável.

Numa primeira leitura da *Formação*, em particular de sua introdução, somos levados, entende Costa Lima (1991, p.152), a pensar que Candido se afasta da questão nacional: “A crítica explícita ao critério determinista mostraria seu afastamento das histórias orientadas pela exclusividade do nacional”. Argumenta, porém, que a

continuidade da leitura leva-nos a repensar o lugar teórico de Candido. O estudioso lembra que é corriqueiro entender a proposição de Candido da seguinte maneira: “[...] a idéia de sistema literário implica que só se pode falar em literatura nacional quando as obras aí produzidas são também aí recebidas e fecundadas.” (LIMA, 1991, p.160). O problema que, em sua perspectiva, não costuma ser posto é: “[...] quão extensa deverá ser a recepção atestada para que se lhe tenha como declaradora de um sistema? Bastará uma recepção atestada para que o sistema se afirme em funcionamento?” (LIMA, 1991, p.160). Se assim fosse, argumenta, não haveria razão para a exclusão de Gregório de Matos. É então que Costa Lima examina a idéia de sistema literário notando a recorrência das atribuições de *coerência* e *organicidade*. Para tanto, cita passagens da obra de Candido, como a seguinte:

Os escritores brasileiros que, em Portugal ou aqui, escrevem entre, digamos, 1750 (início da atividade literária de Cláudio) e 1836 (iniciativa consciente de modificação literária com a *Niterói*), tais escritores lançam as bases de uma *literatura brasileira orgânica, como sistema coerente* e não manifestações isoladas. (CANDIDO, 1961, p.75, grifo nosso)

Organicidade, coerência, caráter nacional faltam às produções anteriores. Vejamos como Costa Lima (1991, p.156) comenta o excerto:

Embora a frase pareça constituída por um tom descritivo e nada judicativo, como se o que ela refere não tivesse a importância decisiva que, no contexto da obra, de fato, tem, é nítida a concordância do efeito da ação descrita – as sementes em favor da organicidade e da coerência da literatura nacional – com o próprio lastro em que se funda o princípio de sistema do autor.

Em seguida, a partir de considerações do próprio Candido a respeito da influência da antropologia social inglesa em suas teorizações, Costa Lima persegue as convergências entre a noção de “sistema literário” de Candido e a idéia de “sistema social” própria da abordagem funcionalista. Recorrendo a antropólogos como Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard, o estudioso nos faz ver como essa vertente da antropologia, partindo de uma analogia com o contexto biológico, “privilegia a ‘harmonia ou consistência do sistema’”. O sistema social dos Nuer, por exemplo, resulta, na abordagem clássica de Evans-Pritchard, “da mais absoluta coerência e a coesão não pouco invejável”. O resultado dessa influência na obra de Candido seria, na perspectiva de Costa Lima (1991, p.161), “[...] uma interpretação extremamente favorecedora da coesão homogeneizante. Quer-se dizer: ressaltadora de uma produção e de uma circulação literárias que favorecem a coesão nacional.”

Costa Lima (1991, p.162, grifo do autor) segue tratando da (polêmica) exclusão do Barroco na formação de nosso sistema literário:

O Barroco é então “sequestrado” (Haroldo de Campos) da *Formação* não tanto porque sua circulação fosse drasticamente menor que a dos árcades senão porque impede que se lançassem “as bases de uma literatura brasileira *orgânica*, como sistema *coerente*.” Em termos da extensão de recepção de uns e outros a idéia de sistema, enquanto sistema, não supõe um patamar que justificasse a exclusão de Gregório e a inclusão de Cláudio Manoel e Tomás Antonio Gonzaga. Tais gestos só se explicam porque o peso recai na qualificação de sistema *nacional*. Só assim se faz justiça às palavras do autor.

Costa Lima nos faz notar que, desde que pensado como “nacional”, o sistema literário não se consolida por haver um conjunto mais amplo de receptores (como correntemente se entende); importa que os receptores, como os produtores, estejam comprometidos com a formação/afirmação da nacionalidade. É então, podemos pensar, que entra em cena a “consciência nacional” como decisiva na consolidação do sistema literário. De certa forma, esta “consciência nacional” impõe aos escritores, irmanados “na vontade de fazer literatura brasileira”, certos temas, imagens e tratamento da linguagem, tornando-se os *elementos internos* ao texto literário mais importantes na configuração do sistema articulado de obras que os *elementos externos*. Esta prevalência dos elementos internos na configuração do sistema pode ser notada na seguinte passagem:

Quatro grandes temas presidem à formação da literatura brasileira como sistema entre 1750 e 1880, em correlação íntima com a elaboração de uma consciência nacional: o conhecimento da realidade local; a valorização das populações aborígenes; o desejo de contribuir com o progresso do país; a incorporação aos padrões europeus. (CANDIDO, 1961, p.75).

O que resta notar é que, na perspectiva de Costa Lima, Candido participa desse “compromisso com a vida nacional”, endossando a perspectiva romântica. Assim, a exclusão do Barroco ocorre na esteira dos românticos, como também a inclusão dos árcades. O próprio Candido afirma: “O leitor perceberá que me coloquei deliberadamente no ângulo dos nossos primeiros românticos.” (CANDIDO, 1961, p.27). Nesse movimento, produz-se um cânone que, ao privilegiar a coesão nacional, contempla “[...] um poeta insignificante como Casimiro de Abreu e mantém a sátira de Bernardo Guimarães em posição secundária [...]” (LIMA, 1991, p.166).

Para abordarmos alguns desdobramentos desse endosso, voltemos brevemente aos prefácios e à introdução da obra de Candido. No prefácio à primeira edição, os argumentos trazidos pelo autor em defesa da leitura de obras brasileiras parecem se confundir com um compromisso cívico:

Se não lermos as obras que a compõem [a literatura brasileira], ninguém as tomará do esquecimento, descaso ou incompreensão. Ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas muitas vezes débeis, outras vezes fortes,

sempre tocantes, em que os homens do passado, no fundo de uma terra inculca, em meio a uma aclimação penosa da cultura européia, procuravam estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam – dos quais se formaram os nossos. (CANDIDO, 1961, p.9).

Parece que estudar a formação da literatura brasileira confunde-se com o estudo da formação de nosso caráter, sendo por essa razão importante. Candido atribui, ainda, uma dimensão heróica à formação da literatura: aqueles que nela se empenharam tiveram que lutar contra uma forte resistência da terra, pois tratava-se de uma “terra inculca”. A aclimação da “cultura européia” foi penosa; os homens do passado merecem, por seu feito, nossa consideração. Sugere-se que a história da formação de nossa literatura coincide com a dessa aclimação. Logo a seguir, acrescenta: “Neste caso, o espírito do Ocidente, procurando uma nova morada nesta parte do mundo”. (CANDIDO, 1961, p.10). Aqui, parece evidente o deslize da abordagem de Candido para o estudo da história literária como capítulo da história nacional, com seus heróis a serviço da nação e da civilização, responsáveis por seu progresso. Ao tratarmos de apropriações da teoria de Candido na área de literaturas africanas, torna-se necessário perguntar até que ponto, hoje, podemos vir a ser mobilizados por uma espécie de “desejo” de que as nações africanas tenham uma literatura “articulada enquanto sistema literário” porque nos angustia a idéia de que, sem ela, cairiam na categoria de “terra inculca”.¹

Costa Lima tem, assim, bastante razão ao sugerir que a *Formação* tende para o eixo da crítica literária que privilegia o nacional, concebendo a história literária como uma sucursal da história política das nações que, por sua vez, integram a grande marcha do progresso da civilização. Parece-me, porém, que a moldura teórica dessa obra comporta os três eixos da crítica literária propostos por Costa Lima, não abandonando os outros dois por aderir a esse. Vale a pena, nesse sentido, recuperar os argumentos que Candido (1961, p.17) traz para a ênfase que concede ao “nacional”:

A literatura do Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexistente nas literaturas dos países da velha cultura. Nelas, os vínculos neste sentido são os que prendem necessariamente as produções do espírito

¹ Na seguinte passagem podemos notar que Candido opera com as categorias civilização e barbárie, tomando o desenvolvimento da literatura como índice de civilização. Sobre nossas primeiras agremiações literárias, considera: “Acima da barbárie e da incultura gerais, os letrados formavam grupos equivalentes pelas funções sociais, nível de instrução, diretrizes mentais e gostos, separando-se das massas na medida em que integravam quadros dirigentes na política, na administração, na religião.” (CANDIDO, 1961, p.89). A aposta na literatura como fator de progresso vem em seguida: “Para a história literária, interessa a breve aura de precocidade em que se revelou um dos brasileiros mais aplicados ao progresso mental da pátria [trata-se de Sousa Nunes]”. (CANDIDO, 1961, p.90).

ao conjunto das produções culturais; mas não a consciência, ou a intenção, de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura.

O peso dado ao qualificativo nacional do sistema literário não seria outra coisa que o reconhecimento de um fenômeno comum a países de extração colonial (como veremos, o mesmo fenômeno pode ser reconhecido em países africanos). Podemos pensar, assim, que o conceito de “sistema literário nacional” como formulado por Candido aponta para uma especificidade de certas literaturas. Em países cuja identidade nacional é problemática, dada a experiência colonial e seus desdobramentos, a literatura tenderia a adquirir uma função precisa: a de contribuir para a formação dessa identidade. Se lembrarmos que Candido, em “A literatura e a vida social”, sugere ser necessário notar as relações entre literatura e sociedade de maneira dinâmica, podemos considerar que a literatura tanto se vê condicionada pela construção social de uma identidade nacional como atua nessa construção. Ainda que participando do fenômeno que descreve, Candido é capaz de, em alguma medida, abordá-lo criticamente, justamente por sua atenção às especificidades do texto literário e suas complexas relações com o contexto social – a atenção que concede ao conceito de *mimesis* operante nos momentos literários estudados é de se destacar aqui como resultado produtivo dessa abordagem crítica, distanciada. Podemos pensar, nesse sentido, que a *Formação*, por um lado, atenta para o fenômeno da imbricação entre formação da literatura e formação da nação em países de extração colonial, atentando para as complexas relações entre estrutura social, estrutura mental e estrutura literária²; por outro, seguindo Costa Lima, que adere a essa imbricação, tratando a literatura como fator de progresso da nação, e, assim, estabelecendo um cânone da literatura brasileira que privilegia obras e autores implicados na formação de nosso caráter nacional. Ou seja: Candido participa do fenômeno que analisa. De certa forma, a *Formação* atesta o vigor, até ao menos meados do século XX, do fenômeno de que trata.

Com esta abordagem inicial da obra de Candido, que se estabeleceu em diálogo com a crítica de Costa Lima, pretendo sugerir que as noções de sistema literário e de formação não são unívocas. Ao nos ocuparmos de como têm se dado suas apropriações nos estudos de literaturas africanas de língua portuguesa produzidos no Brasil, importa termos em mente os diversos aspectos de cada uma dessas noções para que possamos tratar adequadamente de suas reformulações. A noção de sistema tem sido apropriada, em sua versão “nacional”, como conjunto coerente de obras articuladas organicamente, ocupando-se da construção da nacionalidade, ou como sistema simbólico de comunicação (entendendo-se, a literatura, como um ato de comunicação artística, aproximando-se, assim, de certos postulados da estética da recepção, de Jauss)? A idéia de formação da literatura tem como contraparte

² A teorização a respeito das relações entre estas instâncias estruturais desenvolve-se especialmente no ensaio “Estrutura literária e função histórica”, também incluído no volume *Literatura e sociedade*.

a formação de um caráter nacional ou limita-se à formação de grupos mais ou menos organizados de produtores e receptores? Sem a pretensão de responder a essas questões, mas tendo-as em mente, passo à abordagem das contribuições de Rita Chaves e Benjamin Abdala Jr..

N’*A formação do romance angolano* (1999), Rita Chaves ocupa-se do percurso de um gênero específico, o romance. Este dado já aponta para uma reelaboração da idéia de formação. A questão se torna não propriamente a formação da literatura enquanto sistema de obras articuladas num conjunto coerente, mas a investigação de como o romance integra esse sistema, qual sua contribuição. O romance é tomado pela autora como uma forma européia que sofre transformações em Angola, seu percurso coincidindo com o da formação da “angolanidade”. A escolha dos romances a serem estudados porque decisivos na formação do gênero, em sua “aclimatação” em terras angolanas, segue um critério bastante claro: o romance torna-se nacional por se contrapor à literatura colonial, por desenvolver formas de representação do negro, da sociedade e da paisagem angolanas distintas do exotismo e da estereotipia da literatura envolvida com a ideologia colonial. Na medida em que escapa, num percurso de avanços e recuos, ao paradigma da literatura a serviço do colonizador, o romance participa do fenômeno da construção da identidade nacional que, por sua vez, é decisivo na luta contra o colonialismo. O percurso do romance angolano vê-se, assim, imbricado na trajetória de luta pela independência política do país. A relação entre literatura e sociedade entende-se, dessa feita, como dinâmica: o romance tanto reflete a construção da nacionalidade como dela participa ativamente. A literatura e, de maneira especial, o romance (dadas certas características do gênero) concorrem para a invenção da nação: “a literatura será uma das vias escolhidas para a formação de um mosaico capaz, ao menos, de sugerir alguma noção de unidade”, contribuindo para a construção da “identidade de uma nação que mal começava a ser imaginada.” (CHAVES, 1999, p.20). Esta será “sonhada” na literatura antes de ser concretizada pela luta armada; literatura, consciência nacional e movimento de libertação parecem se imbricar no caso angolano: “A nação angolana, imaginada como seria pela literatura, resulta, pois, da urgência de se contrapor algo ao projeto colonialista.” (CHAVES, 1999, p.21).

Na investigação da “angolanização” do romance, a estudiosa prioriza os elementos internos. O gênero se consolida no sistema literário angolano, concorrendo para a consolidação do próprio sistema, quando alcança uma forma apropriada, capaz de esteticamente responder aos dilemas impostos pela sociedade colonial. N’*A formação do romance angolano*, a atenção não recai sobre a formação de um conjunto de produtores, sobre o número de leitores, os modos de edição e circulação das obras, índices de letramento, percentagem de falantes de português, etc.; recai sobre a estrutura interna das obras. No que se refere a fatores externos, o recurso

a dados biográficos faz-se recorrente na medida em que úteis para comprovar o compromisso dos autores estudados com a causa nacional – causa esta que se confunde com a defesa dos grupos oprimidos no sistema colonial. Na medida em que a literatura, para ser nacional, deve se contrapor à colonial, a tomada de posição dos escritores no sentido da luta contra a opressão torna-se relevante.

A estudiosa seleciona romances que, em sua perspectiva, em meio a ambivalências e contradições, paulatinamente se distanciam do paradigma colonial. São eles: *O segredo da Morta: romance de costumes angolenses* (1936), de Assis Jr.; *Noite de angústia* (1939), *Homens sem caminho* (1941), *Terra morta* (1949), *Viragem* (1957) e *A chaga* (1970), de Castro Soromenho; *Uanga* (Feitiço) (1951), de Óscar Ribas; *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (1961; primeira edição em 1974), *Nós, os do Makulusu* (1974), *João Vêncio: os seus amores* (1979), de José Luandino Vieira. É certo o diálogo de Rita Chaves, no aproveitamento da idéia de formação, com Antonio Candido. Da mesma maneira que a literatura brasileira lidou, nos momentos iniciais de sua formação, com uma “dupla fidelidade” (a adesão à cultura erudita européia e um envolvimento afetivo com a terra, gérmen da consciência nacional), produzindo-se um “dilaceramento interno”³, o escritor angolano, nos momentos inaugurais do sistema literário de seu país (que, para a autora, coincidiria com a publicação de *O segredo da Morta*), oscila entre a valorização dos costumes locais e a adesão aos valores europeus, a uma idéia de civilização legitimadora do colonialismo. Assim, especialmente em Assis Jr. e Óscar Ribas, a estudiosa nota certa duplicidade, certa ambivalência, à maneira da flagrada por Candido nos momentos inaugurais do sistema literário brasileiro.

Será por meio da análise da composição de cada uma das obras selecionadas que a autora tratará dessas ambivalências, ou seja, através do estudo da construção do foco narrativo, do espaço, do destinatário (a narrativa prevê apenas o leitor português ou tem em mente o leitor angolano? qual seu leitor implícito?) e de como cada uma delas se vale das potencialidades lingüísticas (a autora nota se há o uso da norma do português ou de variantes e de línguas africanas; se as variantes e/ou línguas africanas são faladas apenas pelas personagens ou pelo narrador). As soluções encontradas por Luandino Vieira serão avaliadas como as que efetivamente se distanciam do paradigma colonial, operando a aproximação entre narrador e personagens, a construção de um destinatário angolano (mesmo que virtual), o

³ Tenho em mente, aqui, a leitura de Candido (1961, p.95) a respeito da obra de Cláudio Manuel da Costa: “O motivo poético do Soneto XCVIII se alça aqui ao nível telúrico, identificando-se o poeta aos elementos da paisagem nativa. Esta identificação talvez tenha algo a ver com outra constante da sua obra: o relativo dilaceramento interior, causado pelo contraste entre o rústico berço mineiro e a experiência intelectual e social da Metrópole, onde fez os estudos superiores e se tornou escritor. Intelectualmente propenso a esposar as normas estéticas e os temas líricos sugeridos pela Europa, sentia-se não obstante muito preso ao Brasil, cuja realidade devia por vezes fazê-los parecer inadequados, fazendo parecer inadequado ele próprio.”

privilégio do espaço como elemento narrativo (em especial, os musseques) e se apropriando de maneira criativa da língua – abandonando a norma portuguesa e a estratégia de recorrer ao kimbundo ou ao português angolano apenas como registro da fala das personagens (com efeito naturalista, portanto) e, assim, atribuindo estatuto literário a essa variante do português e às línguas africanas. A estudiosa parece sugerir que o dilaceramento (e suas conseqüentes marcas formais) próprio da experiência colonial se vê superado esteticamente por Luandino, autor que teria encontrado uma forma romanesca propriamente angolana a partir da mescla – a mescla entre português e kimbundo; entre romance e gêneros tradicionais; em suma, entre escrita e oralidade (como se trata de um processo, a estratégia da mescla se esboça em obras anteriores, encontrando em Luandino sua melhor, mais completa, realização). Sua obra, que teria consolidado o romance em Angola, parece ser, sugere Rita Chaves, capaz de fecundar outras, produzindo-se uma continuidade que atestaria a maturidade do sistema literário angolano.

Por seu recorte de gênero, o estudo de Rita Chaves aproveita bastante da abordagem de Candido relativa ao papel do romance na consolidação do sistema literário brasileiro. Nesse movimento, o capítulo “O aparecimento da ficção” (com destaque para o subcapítulo “Instrumento de descoberta e interpretação”) da *Formação da literatura brasileira* (volume II) funciona como baliza teórica. Características específicas do gênero apontadas por Candido, como a originalidade, a capacidade de incorporar traços de outros gêneros literários (no caso angolano, os gêneros das tradições orais) e um “senso de historicidade” são recuperados pela autora. Certas tarefas atribuídas ao romance no Brasil encontram paralelo nas atribuídas à ficção angolana: tanto aqui como lá, a ficção teria funcionado como instrumento de exploração e levantamento das coisas da terra, dos costumes locais, contribuindo decisivamente para a formação de uma consciência nacional. Nesse sentido, Rita Chaves (1999, p.21) considera que “[...] a trajetória do romance em Angola vem deixando nítida a vontade de seus autores de, através da literatura, colocarem em prática um projeto de investigação sobre as realidades do país.”

A importância do “espaço” resulta comum à primeira ficção brasileira e angolana, delatando, em ambos os casos, um desejo de apropriação da terra. No caso brasileiro, o privilégio dado a este elemento da narrativa responde à intenção (mais ou menos consciente) de consolidar, no plano simbólico, a independência política; em Angola, à intenção de, formando uma consciência de nação, dar suporte ideológico à luta pela independência. Nota-se, portanto, que a abordagem de Candido traz ferramentas úteis para estudo do romance em suas relações com a construção de uma nacionalidade literária. A estudiosa está atenta, porém, para o fato de que, se há convergências entre os contextos histórico-sociais brasileiro e angolano de afirmação/invenção da identidade nacional, há diferenças que precisam ser notadas. O aproveitamento da abordagem de Candido relativa à formação da

literatura brasileira se dá, assim, sob o signo da reelaboração, tendo em vista lidar com o diverso, não apenas com o comum.

Se o romance no Brasil se consolida em meio a políticas oficiais, governamentais, que incentivam o nacionalismo literário – que estimulam a formação de um público leitor, a difusão do impresso, o estabelecimento de uma imprensa nacional, etc. –, no caso angolano, dá-se em meio à repressão colonial, estando as obras muitas vezes impedidas de circular. Em certa medida, será apenas com a independência política (1975) que a União dos Escritores Angolanos, funcionando como braço governamental a serviço da institucionalização da literatura, estabelecerá um “cânone nacional” – com critérios claramente patrióticos, enaltecendo-se obras comprometidas com a afirmação da “angolanidade”, os escritores confundindo-se com os “heróis da pátria”. Contudo, mesmo após a independência política e este esforço de Estado, comum a alguns dos países africanos de língua oficial portuguesa, a literatura desses países continua a circular mais em Portugal e, hoje, também no Brasil, do que nos países de origem. Portanto, mesmo atualmente me parece difícil falar em sistema literário consolidado nestes países, pretendendo-se, com isso, sugerir que as obras sejam majoritariamente produzidas e consumidas internamente.⁴ A maturidade do sistema literário angolano, proposto por Rita Chaves, dá-se antes da independência (portanto, antes da própria União), remetendo, assim, inevitavelmente aos elementos internos do texto, ao desenvolvimento de formas discursivas próprias, propriamente angolanas, distintas das de certa literatura da metrópole de cunho colonialista. Nesse sentido, a apropriação da idéia de formação e de sistema literário, tendo em vista flagrar as especificidades do caso angolano, aproveita o privilégio concedido pelo próprio Candido aos elementos internos na consolidação do sistema literário brasileiro (lembramos que este privilégio ata-se ao destaque que Candido confere à consciência nacional). Vale notar, ainda, que, na abordagem de Rita Chaves, o problema do público (ou a falta dele) se resolve a partir da figura do destinatário: mesmo não sendo, em geral, o leitor efetivo da obra, o angolano está previsto como leitor na ficção de Luandino. Assim, desde que o leitor angolano se inscreva no discurso literário como leitor implícito, o sistema literário se consolida apesar das limitações impostas pelo colonialismo português (limitações que se atualizavam em termos de censura, perseguição de escritores e leitores, prisões, tortura, assassinatos, etc.). A estudiosa flagra um processo de inclusão do africano como destinatário possível, desejável, que participaria decisivamente da formação de uma literatura nacional.

⁴ Talvez o vigor de sistemas literários que têm a voz e as línguas africanas como mecanismo transmissor, e não a ausência deles, possa estar nas bases dessa pequena circulação interna de obras escritas em português. Mía Couto, em entrevista recente ao *Estado de São Paulo*, comentava que alguns de seus livros circulam em Moçambique adaptados para teatro e traduzidos em línguas africanas, corroborando essa hipótese (COUTO, 2008).

O diálogo que Benjamin Abdala Jr. trava com a obra de Candido, em *Literatura, história e política* (1989), dá-se numa direção um tanto distinta, já que de imediato não associa a noção de sistema literário à idéia literatura nacional. Abdala propõe a existência de um macrossistema literário englobando as diversas literaturas nacionais em língua portuguesa (os sistemas literários nacionais), flagrando, assim, a circulação e fecundação mútua de uma literatura engajada nessa língua. Podemos sugerir uma analogia com o Candido da *Formação* se tivermos em mente a noção de “sistema da literatura ocidental”, do qual participaria o sistema da literatura brasileira como um dos seus componentes. Contudo, Abdala propõe outro recorte, tanto lingüístico como ideológico: seu olhar estará voltado para a articulação de obras e autores que, além do uso comum da língua portuguesa, partilhem uma concepção engajada de literatura. Este recorte conduz a uma maior atenção para os escritores neo-realistas, que assumem mais claramente a literatura como instrumento de transformação social. O foco deixa de ser a consciência nacional, se continuarmos notando o diálogo com a obra de Candido, para se tornar a consciência politicamente engajada. A literatura se revela empenhada não no sentido que Candido propõe (a literatura brasileira como empenhada na construção da nação), mas no sentido de um posicionamento político-ideológico claro, à esquerda.

No caso das literaturas africanas de língua portuguesa, nacionalismo e crítica ao capitalismo/imperialismo coincidiram, sendo literaturas empenhadas tanto na construção da nação como do socialismo, o que não se verifica no Brasil ou em Portugal. Sobre essas diferenças, considera:

A independência das nações africanas de língua oficial portuguesa é fato recente, assim como o reconhecimento da própria idéia de nação dentro do conjunto do país. No Brasil, essa afirmação de uma perspectiva nacional por sobre os particularismos regionais é mais antiga, como também nossa independência política. Portugal, ao contrário, consolidou-se nacionalmente há séculos e foi alienador de suas ex-colônias. Apesar dessas diferenças relativas ao tempo histórico da formação nacional, envolveu-nos a todos uma situação que nos coloca em confronto com as formas alienatórias do imperialismo. (ABDALA JUNIOR, 1989, p.19).

Sendo a bagagem cultural comum um dos elementos que o autor apontara como favoráveis ao estabelecimento de um macrossistema literário articulando as diversas literaturas em língua portuguesa⁵, é, aqui, a comum reação a “formas alienatórias do imperialismo” que se torna fator decisivo. O estudo de Abdala

⁵ “É dentro dessa dinâmica da comunicação em português, que envolveu historicamente constantes semelhantes da série ideológica, que podemos apontar para a existência de um macrossistema marcado como um campo comum de contatos entre os sistemas literários nacionais.” (ABDALA JUNIOR, 1989, p.16).

volta-se, assim, para problemas próprios das relações entre literatura e política, ou seja, para os dilemas que a militância política impõe ao escritor (o risco de incorrer em literatura-reportagem, abandonando-se as ambigüidades próprias do literário, por exemplo). Nesse sentido, aponta para a necessidade de pensarmos – escritores e críticos – em “engajamento literário”, ou seja, considera redutora uma compreensão conteudística desse engajamento, sugerindo que o empenho revolucionário do escritor só interessa à crítica literária quando se torna literário, quando promove uma forma também revolucionária. O funcionamento do macrossistema literário concorreria para isso, os escritores se alimentando reciprocamente, apropriando-se de estratégias desenvolvidas por escritores engajados que participam de outros sistemas literários nacionais e, nessa apropriação, reinventado-as. Importa notar, porém, que essa dinâmica de trocas, que aponta para relações de intertextualidade, não precisa ser consciente, e no geral, em sua perspectiva, não é. Não importa a consciência das apropriações, tampouco qual a forma “original”. Importa conhecer essa dinâmica de trocas, seu funcionamento e produtividade.

O recorte de Abdala propõe uma dinâmica intertextual que aponta para o comparativismo. O estudioso se distancia, porém, do comparativismo tradicional, voltado para “problemáticas influências”, e propõe noções como apropriação, paródia, paráfrase, etc. (aproveitando, para tanto, contribuições de Afonso Romano de Sant’Anna). Enquanto a literatura comparada tradicional operava com a idéia de que haveria literaturas nacionais superiores a outras – como Candido também o faz na *Formação*, sendo a metáfora do galho, nesse sentido, chave⁶ –, Abdala propõe um comparativismo pautado na igualdade de valor (independentemente da “idade” do sistema literário em questão), no diálogo, em relações de troca e não de subordinação.⁷ De certa forma, os escritores engajados, tendo um mesmo “inimigo”, “o imperialismo e suas formas alienatórias”, precisam somar suas forças. O crítico se inscreve nessa estratégia:

Para os objetivos deste trabalho, a conceituação desse macrossistema não é apenas operacional, no sentido de propiciar uma base para os estudos comparativos ou para apontar perspectivas de modelizações do imaginário político das tendências literárias engajadas numa visão de conjunto. É

⁶ “A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas... Os que se nutrem apenas dela são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta do sendo de proporções.” (CANDIDO, 1961, p.9) “Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca [...]” (CANDIDO, 1961, p.10).

⁷ “Dentro dessas considerações, nenhuma literatura se nos afigura como paradigmática, uma forma superior de atualização dessa série cultural, que colocaria outras literaturas como dependentes. Mostra-se ao crítico um conjunto invariante abstrato (o macrossistema), concretizado em cada variante nacional (sistema). Um conjunto dialético que envolve a antiga metrópole e suas ex-colônias sem imposições e sem a fálacia de padrões pretensamente superiores.” (ABDALA JUNIOR, 1989, p.18).

igualmente um critério de estratégia política para somar forças e assim melhor situar as produções literárias de língua portuguesa no contexto internacional. (ABDALA JUNIOR, 1989, p.17).

Abdala parece sugerir que a condição periférica dos países de língua portuguesa e, em conseqüência, de suas literaturas, convida ao envolvimento de escritores e estudiosos num projeto comum de resistência. O estudioso adere ao engajamento de que se ocupa, propondo uma teoria/crítica literária também engajada.

A idéia de macrossistema literário se aproveita de alguns traços da noção de sistema de Candido. Por um lado, dos fatores externos do sistema como formulados especialmente em “A literatura e a vida social”, ou seja, lida com a articulação entre comunicante-comunicado-comunicando na medida em que flagra a circulação de obras pelo macrossistema (portanto, entre as literaturas nacionais). Por outro, há traços do sistema como formulado por Candido especialmente na *Formação*: Abdala sugere a existência de um conjunto de obras articuladas em torno de um “imaginário político” comum. Este imaginário político, devedor de certa consciência engajada, parece funcionar como “denominador comum”, promovendo certa coesão, coerência no conjunto. Da mesma maneira que Candido aponta “temas [que] presidem à formação da literatura brasileira como sistema”, “em correlação íntima com a elaboração de uma consciência nacional”, Abdala Junior (1989, p.15) propõe que os escritores engajados aspiram “[...] a um canto plurívoco, coletivo, referindo-se a discursos plurais, próprios de nossa condição mestiça.” Há uma consciência política partilhada que aponta para certas estratégias literárias comuns. Chama-me atenção, nesse sentido, a questão da língua. Os “discursos plurais” demandam registros plurais, numa atribuição de estatuto literário a registros lingüísticos comumente depreciados porque populares (como exemplo dessa estratégia, temos o cabo-verdiano Manuel Ferreira). Paralela a esta, há a tendência à simplificação da linguagem, aproveitando-se uma espécie de “variante jornalística”, tanto com finalidade didática (aqui, o caso abordado é a novela *Aventuras de Ngunga*, de Pepetela) como democratizante (este seria o caso de Graciliano Ramos).⁸ Certas estratégias de composição parecem caracterizar a literatura engajada, concorrendo para a configuração de um conjunto articulado (coerente, orgânico) de obras.

Resta notar, encerrando esta breve abordagem, que, ao tratar do modo de funcionamento do macrossistema literário, ou seja, das articulações entre os sistemas nacionais, o estudioso aproveita, ampliando seu escopo, a proposição de Candido acerca da tensão entre universal/particular, localismo/cosmopolitismo, como característica da literatura brasileira. Abdala propõe que todas as literaturas em língua portuguesa se dinamizam pela dialética entre particular/geral, num movimento tanto para o comum como para o específico, particular. Esta dialética

⁸ Estes apontamentos têm como referência o quarto capítulo do livro de Benjamin Abdala Junior (1989), “A escrita literária”.

entre geral/particular (Abdala não lida com o termo universal, presente na *Formação*, possivelmente por seu travo eurocêntrico – afinal, universal coincide, nesta obra de Candido, com europeu), ou entre interno/externo, modernidade/tradição, é propulsora do macrossistema e asseguradora do sistema nacional – comporta um movimento para o geral e um movimento para a diferenciação, para o singular. Caso tenda excessivamente para o particular, o escritor pode incorrer em folclorismo (no caso africano, vir a aderir à ideologia da negritude); se pender para o pólo oposto, podemos imaginar que se distanciaria excessivamente da realidade que intenta transformar, deixando de ser engajado. É a dialética que parece produtiva ao “engajamento literário”. O diálogo com a obra de Candido é aqui explícito: o estudioso cita passagem do ensaio “Literatura e subdesenvolvimento” (de *A educação pela noite e outros ensaios*) em que Candido aborda os riscos da postura nativista na literatura (ABDALA JUNIOR, 1989, p.26). Abdala se apropria da proposição de Candido tendo em vista lidar com fenômenos de outras literaturas de língua portuguesa e, especialmente, tentando lidar com o modo como estas mesmas literaturas se relacionam na medida em que integradas num macrossistema literário de cunho supranacional. Como no caso das apropriações de Rita Chaves, trata-se de um aproveitamento que produz novidade teórica, que se dá enquanto reelaboração.

Resta notar o diálogo entre o trabalho de Rita Chaves e o de Benjamin Abdala Jr.. Sabemos que *Literatura, história e política* é anterior a *A formação do romance angolano* e, certamente, referência para a autora deste (trata-se da tese de doutoramento da pesquisadora, desenvolvida sob a orientação do próprio Abdala). A proposição de que os escritores engajados teriam um inimigo comum, as “formas alienatórias do imperialismo”, ressoa na abordagem de Rita Chaves. Estas “formas alienatórias” são, no caso, a literatura colonial, sendo a formação do romance angolano abordada como a construção de uma alternativa literária, como um percurso em direção a estratégias de representação emancipatórias. Nesse movimento, a atribuição de estatuto literário a registros lingüísticos, e mesmo a línguas, desvalorizadas pela ideologia colonial, é notada pela estudiosa, novamente em diálogo com a abordagem de Abdala. Talvez possamos pensar que o diálogo de Rita Chaves com a obra de Candido se dá tanto diretamente, a partir da apropriação e reelaboração de noções da *Formação da literatura brasileira*, como de maneira indireta, através do diálogo que trava com a obra de Abdala.

As apropriações e reelaborações investigadas convidam a uma releitura da teoria de Candido e de sua fortuna na crítica literária brasileira. Torna-se relevante atentar para a indistinção, por parte dos leitores da *Formação*, entre o sistema literário propriamente dito e as condições para sua configuração. De outra maneira: o conceito de sistema tem sido apreendido como a relação das instâncias

da produção, circulação e recepção da obra, coincidindo com o triângulo autor-obra-público. Este triângulo não me parece ser, porém, o sistema de Candido em si, mas os fatores externos que são sua condição de possibilidade. O sistema literário da *Formação* é um “conjunto articulado de obras”, articulado em torno de temas norteadores implicados com a questão da nacionalidade. A indistinção entre os fatores determinantes para a configuração do sistema e o sistema em si pode desdobrar-se, porém, de um aspecto da própria *Formação*: nesta obra, sugere-se que desde que surgissem produtores e receptores minimamente organizados no Brasil, surgiria também a literatura brasileira. Ou seja: o caráter nacional de nossa literatura parece ser, na *Formação*, um desdobramento natural do surgimento de produtores e receptores em espaço nacional. Na medida em que a literatura angolana envolve-se com a questão da nacionalidade, e produz soluções estéticas produtivas para a afirmação de uma “angolanidade”, antes de se estabelecerem efetivamente o triângulo autor-obra-público em espaço angolano, podemos pensar que a inscrição da questão nacional na literatura não se deve apenas a estes fatores externos.

Interessantemente, como tentei sugerir, se tomarmos como base teórica os postulados desenvolvidos por Candido em “A literatura e a vida social”, dificilmente pensaríamos na possibilidade da ausência de um “sistema literário”. Com relação à produção literária do século XVI e XVII no Brasil, estaríamos, ao contrário, atentos e dispostos a compreender as especificidades dos sistemas literários destes séculos, de maneira alguma suporíamos sua inexistência. De certa forma, no ensaio em questão, Candido, não tendo em mente a literatura brasileira, distante de qualquer preocupação com o “nacional”, encontra-se livre para aprofundar sua compreensão do fato literário/artístico enquanto tal, desenvolvendo a idéia de sistema numa perspectiva que, no limite, inviabiliza a idéia mesma de manifestação literária (afinal, como disse já, um texto poderá significar algo fora de um “sistema simbólico de comunicação inter-humana”?). O que parece possível são transformações na natureza do sistema, e até a convivência de mais de um sistema em uma mesma sociedade. No caso abordado pela *Formação*, teríamos uma transformação de duplo caráter: 1) a difusão de uma ideologia de afirmação da nação abarcando as produções culturais, particularmente literárias, entre meados do XVIII e, principalmente, ao longo do XIX (de que a independência é momento chave); 2) a passagem de um sistema que tinha como veículo predominante a voz (ou mais de um sistema) para um sistema cujo veículo principal torna-se, gradativamente, o impresso (tendo em vista os avanços técnicos que levaram a seu barateamento na Europa e, em nosso caso específico, tendo em vista a vinda da família real ao Brasil e a implantação da imprensa). Como estes dois aspectos se relacionam pode ser um problema para investigação (como o impresso aproximou as diversas regiões do país, por exemplo). O que o

caso das literaturas africanas parece sugerir, contudo, é que estes fenômenos não são necessariamente relacionados – sistema de obras em torno da nacionalidade e formação de grupos de produtores e receptores. Nas literaturas africanas, antes da formação dos grupos de maneira expressiva há afirmação da nacionalidade, e o desenvolvimento de estratégias de composição literária nessa direção. No caso brasileiro, o estabelecimento de formas de produção, circulação e recepção literárias modernas coincidiu com um período de afirmação da nacionalidade, em diversos âmbitos da vida social; esta coincidência histórica não precisa ser, porém, elevada à condição de lei, já que outras literaturas podem apresentar processos históricos distintos.

Além disso, se Candido se interessa pela autonomia do sistema literário nacional com relação à matriz portuguesa, a abordagem de Abdala destaca uma dinâmica entre as literaturas de língua portuguesa, levantando a possibilidade de que a produção de obras voltadas para a questão nacional não se inviabiliza pela relação entre as literaturas, pelas trocas e trânsitos através de um macrosistema literário que as articularia. Na *Formação*, Candido parece sugerir que a maturidade de um sistema literário nacional pode ser atestada pela continuidade, ou seja, pela capacidade de se nutrir por si mesmo, sem a necessidade de influência externas. Assim, a literatura brasileira se constituiria na medida em que se desligasse do ramo português. Abdala, ao contrário, não partilhando da idéia de que algumas literaturas são completas e outras incompletas (portanto, menores), não parece preocupado com a autonomia, mas com as relações. O estudioso atenta, assim, para as particularidades dos nacionalismos literários em cada literatura de língua portuguesa, mas seu engajamento enquanto crítico não coincide com este engajamento nacionalista, ao contrário, coincide com uma espécie de engajamento de esquerda, de cunho internacional ou supranacional. O olhar de Abdala atenta, assim, para fenômenos de inter-relação literária obliterados pelos postulados da *Formação*.

Como forma de conclusão, posso dizer que os trabalhos de Rita Chaves e Benjamin Abdala Jr. atestam a relevância e produtividade da teoria de Candido para os estudos literários de outras literaturas de língua portuguesa. Suas abordagens produzem novidade teórica, especialmente no que se refere ao conceito de sistema e à idéia de formação, na medida em que reformulam estas noções tendo em vista lidar com um *corpus novo*. Nesse movimento, relêem a produção teórica de Antonio Candido crítica e criativamente, convidando à revisão de algumas de suas proposições, como se tentou fazer neste estudo. Se a continuidade literária parece sinal de maturidade para Candido, os estudos de Abdala e Chaves, desenvolvendo-se a partir de sua teoria, podem ser lidos como atestado da maturidade da teoria e da crítica literária brasileira, tornando-

se, interessantemente, contribuições teóricas de caráter nacional para o estudo de outras literaturas.

MORAES, A. M. R. *Notes on Antonio Candido’s concept of “literary system” in the Portuguese-Language African Literatures Studies*. **Itinerários**, Araraquara, n.30, p.65-84, 2010.

■ **ABSTRACT:** *In Formação da literatura brasileira, Antonio Candido proposes the concept of literary system, defining his study as an investigation into the development of this system in Brazil. In the present article, I deal with the appropriation of Candido’s approach in Portuguese-African Literatures Studies. At first, I discuss aspects of Candido’s argument and introduce some contributions from Luiz Costa Lima (Pensando nos trópicos). Then, I describe how the appropriation of the literary system concept and the idea of “formation” is taking place in Portuguese African Literature Studies, mainly in Rita Chaves’s (A formação do romance angolano) and Benjamin Abdala Jr.’s (Literatura, história e política) works. This strategy aims to acknowledge common aspects of literatures from countries that experienced colonialism, as well as to glimpse a specific moment of the literary criticism in these countries.*

■ **KEYWORDS:** *National literature. Literary history. Antonio Candido. Literary system. Portuguese-language African literatures.*

Referências

ABDALA JUNIOR, B. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. v.2.

_____. **A educação pela noite**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. A literatura e a vida social. In: _____. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1965. p.17-35.

_____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: Martins, 1961. v.1.

CHAVES, R. **A formação do romance angolano: entre intenções e gestos**. São Paulo: FBLP, 1999.

COUTO, M. Temos apenas um nome diferente. [nov., 2008]. Entrevistador: Leonencio Nossa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2008. Caderno 2, p. 6-7.

LIMA, L. C. A concepção da historia literaria na Formação. In: _____. **Pensando nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.149-166.

